

COMPARABILIDADE DAS ESCOLHAS CONTÁBEIS NA MENSURAÇÃO AO VALOR JUSTO DE COMPANHIAS LATINO-AMERICANAS DOS SETORES DE PETRÓLEO, MINERAÇÃO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS

COMPARABILITY OF ACCOUNTING CHOICES IN MEASUREMENT OF FAIR VALUE IN LATIN AMERICAN COMPANIES OF OIL, MINING, GAS AND BIOFUELS SECTORS

LAURA BRANDÃO COSTA

Mestre em Ciências Contábeis – Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: laurab_costa@hotmail.com

SIRLEI LEMES

Doutora em Controladoria e Contabilidade (USP) e Professora da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: sirlemes@uol.com.br

Endereço: Avenida João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1F – Sala 248 - Uberlândia – MG

Resumo: Com as alterações instituídas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional se tornou indispensável. Entre as mudanças apresentadas destacou-se o tratamento contábil de provisão e ao passivo contingente. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a evidenciação do passivo contingente e das provisões das maiores empresas do agronegócio do Brasil que atuam no segmento de carne e derivados de acordo com o que estabelece o CPC-25 e nas informações apresentadas na CVM entre os anos de 2012 e 2016. Para isso foi realizado uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental. O estudo examinou as demonstrações financeiras e notas explicativas das três maiores empresas do segmento de carne e derivados listadas na B3. A coleta e análise de dados tomou por base um checklist elaborado a partir do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os resultados da pesquisa demonstram que as organizações estão aplicando corretamente as exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões. Porém a evidenciação dos passivos contingentes pelas empresas não é unânime. Verificou-se que o item mais divulgado foi o de natureza trabalhista, seguido pelo de natureza tributária e cível. Conclui-se que as empresas estudadas não seguem totalmente o recomendado no CPC-25, devendo melhorar, principalmente, o que diz respeito à divulgação de seus passivos contingentes.

Palavras-chave: Gestão de riscos corporativos. CPC 25. Provisões. Passivos Contingentes. Evidenciação.

Abstract: *With the changes introduced by Laws No. 11,638 / 07 and 11,941 / 09, the convergence of Brazilian accounting standards with the international standard became indispensable. Among the changes showed were the accounting treatments of provision and contingent liabilities. Thus, the present study aims to analyze the disclosure of the contingent liabilities and provisions of the largest agribusiness companies in Brazil that operate in the meat and derivatives segment in accordance with CPC-25 and the information presented in the CVM between the years of 2012 and 2016. For this, a qualitative, descriptive and documentary research was carried out. The study examined the financial statements and explanatory notes of the three largest companies in the meat and derivatives segment listed in B3. The data collection and analysis was based on a checklist prepared in basis of data from CPC 25 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets. The research results demonstrate that organizations are correctly applying the requirements for recognition, measurement and disclosure of provisions. However, the disclosure of contingent liabilities by companies is not unanimous. It was verified that the most publicized item was the one of labor nature, followed by the one of tributary and civil nature. It can be concluded that the companies studied do not follow fully what is recommended in CPC-25 and should mainly improve the disclosure of their contingent liabilities.*

Keywords: *IAS 37. Provisions. Contingent Liabilities. Liability. Disclosure.*

1 INTRODUÇÃO

A fim de melhorar a informação, foi desencadeado o processo de convergência contábil que teve como finalidade harmonizar as práticas aplicáveis na Contabilidade entre os países para atender às necessidades dos usuários quanto à qualidade das informações contábeis em um cenário mundial. De forma mais específica, o objetivo desse processo foi alterar os princípios contábeis geralmente aceitos dos diferentes países para permitir a comparabilidade e tornar o capital ainda mais dinâmico entre as economias globais envolvidas (OLIVEIRA; LEMES, 2011). O *International Accounting Standards Board* (IASB), que consolidou o processo de convergência das práticas contábeis internacionais, ganhou admiração de relevantes entidades contábeis de vários países além de conseguir apoio de diversos reguladores dos principais mercados de capitais e ministérios governamentais. Por ser o único órgão normatizador constituído internacionalmente até os anos 1990, a União Europeia (UE) buscava uma alternativa aos US GAAP (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos dos EUA) para as companhias que negociavam no mercado americano. Assim, a UE propôs à Comissão Europeia a adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*) a partir de 2005. Esse fato chamou a atenção de outros países que começaram a considerar o IASB como um importante órgão global normatizador (ZEFF, 2014).

O Pronunciamento Contábil Básico (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro) foi desenvolvido de modo a ser aplicado a diversos modelos contábeis, apresentando, assim, conceitos que fundamentam a elaboração e apresentação de demonstrações contábeis aos usuários externos. Desse modo, no que tange à elaboração de relatórios financeiros, a Estrutura Conceitual aborda um conjunto de princípios a serem seguidos na elaboração de pronunciamentos e normas, e se alicerça em quatro características qualitativas de melhorias: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Essas características favorecem a utilidade da informação contábil que deve ser relevante e representada com fidedignidade, sendo esta última característica fundamental que permitiria demonstrar a realidade econômica da empresa. A característica de relevância de uma informação contábil, por sua vez, tem influência na decisão a ser tomada pelos usuários, pois essas informações podem ter valores preditivos ou confirmatórios (CPC 00, 2011).

No que se refere ao processo de convergência à adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) para os países da América Latina, o Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Informação Financeira (GLASS) foi fundado em 2011 e tem a finalidade de trabalhar em conjunto com o IASB, com o objetivo de melhorar a qualidade dos relatórios contábeis dos 17 países que compõem o grupo (GLENIF, 2014). Neste sentido, mesmo que os países da América Latina apresentem diferenças culturais, verifica-se que eles têm se esforçado no estabelecimento de normas comuns para alcançar transparência e comparabilidade de informações financeiras (MANZANO; CONESA, 2005).

Como foco principal da pesquisa, a comparabilidade das informações contábeis “não se deve confundir com uniformidade, princípio que determina a utilização dos mesmos critérios de registros contábeis, e não se deve permitir que se torne um impedimento à introdução de normas contábeis aperfeiçoadas” (IUDÍCIBUS et al., 2010, p.39). Dentre as opções contábeis para a mensuração de itens, há impactos que podem fazer com que relatórios contábeis de diferentes empresas não tenham comparabilidade, pois as escolhas contábeis podem afetar essa característica qualitativa de melhoria (DELOITTE, 2006). De outra forma, quando se escolhe uma prática para mensurar determinado evento ou transação, existe a possibilidade de se comprometer a comparabilidade das informações contábeis divulgadas.

Balancear uma representação fidedigna – a qual pode exigir um maior número de possibilidades de reconhecimento das transações por diferentes empresas – com comparabilidade das informações contábeis ainda é um desafio para o IASB e para as empresas. De acordo com Barth (2013), a representação fidedigna conduziria à comparabilidade, pois aquela poderia refletir as características de um ativo ou passivo, resultando, portanto, na comparabilidade entre as empresas. Contudo, a discricionariedade nas escolhas tende a comprometer esta relação entre representação fidedigna e comparabilidade, tornando o tema gerenciamento de resultados nas escolhas contábeis latente nas pesquisas que avaliam o sucesso do IASB.

Estudos têm encontrado resultados divergentes quanto à comparabilidade das informações divulgadas pelas companhias. As informações das demonstrações contábeis podem ser comparadas (DIAS, 2010), mas pode faltar transparências nas informações para fins de comparação (SANTOS; CALIXTO, 2010) ou a comparabilidade pode ser influenciada por fatores ambientais. Assim, o tema ainda é controverso e precisa ser avaliado em outras dimensões.

Adicionalmente ao aumento de escolhas permitidas, as IFRS trouxeram para a prática contábil brasileira a mensuração ao valor justo de uma forma mais detalhada e ampla ao que existia na legislação anterior. Ao se revestir de um subjetivismo inerente, o valor justo apresenta, em sua defesa, a melhoria da

qualidade da informação para o usuário, representando um meio de se obter a representação fidedigna de transações realizadas pelos empreendimentos que rotineiramente interagem com o mercado. Por outro lado, a mensuração ao valor justo somente para alguns itens dos relatórios contábeis, bem como somente por parte das empresas (aquelas que as escolhem), afeta diretamente a comparabilidade. Finalmente, ele possui a maior combinação das características qualitativas e reflete aspectos essenciais das definições de ativos e passivos (BARTH, 2014). O tema valor justo, assim, desperta interesses que justificam pesquisas sobre a reação das empresas diante de uma nova abordagem de mensuração de seus ativos e passivos.

Diante da discussão acerca da mensuração ao valor justo e seu impacto em relatórios financeiros, Souza e Lemes (2016, p. 169) chamam a atenção para a complexidade da relação entre valor justo, comparabilidade e escolhas contábeis ao afirmarem que a “*expertise* em comparabilidade, escolhas contábeis e valor justo é um dos temas mais controvertidos e carentes de discussão no cenário contábil atual”. Desse modo, além da lacuna apontada quanto à necessidade de mais estudos sobre a comparabilidade das informações divulgadas pelas companhias, é pertinente também uma análise das escolhas contábeis referente ao valor justo e seus impactos nos relatórios financeiros.

Para contribuir com a avaliação do trabalho do IASB na América Latina, dando apoio técnico a todos os documentos publicados e promovendo a adoção das IFRS, foi criado o *Group of Latin American Standards Setters* (GLASS) em 2011.

Diante de um cenário que apresenta mudanças em consequência da migração para as IFRS, além de relativamente poucos estudos sobre a adoção das IFRS em países latino-americanos, quando comparados a estudos com países europeus e da importância que o tema valor justo tem assumido para as empresas, percebe-se a necessidade de investigar se o IASB está sendo bem-sucedido em seu propósito de adoção das IFRS em países da América Latina. A fim de contribuir com essa problemática, a presente pesquisa tem por objetivo identificar o nível de comparabilidade entre os relatórios contábeis, a partir das diferentes escolhas contábeis referentes à mensuração ao valor justo feitas pelas companhias abertas dos segmentos de mineração, petróleo, gás e biocombustíveis dos países latino-americanos que já adotaram as IFRS.

A escolha por tais empresas se fundamenta na obrigatoriedade das companhias listadas em publicar suas demonstrações contábeis de acordo com as IFRS e na importância do setor de mineração e petróleo para os países (Venezuela, Brasil, El Salvador, Argentina, Chile, México e Peru) da amostra.

A pesquisa tem potencial para contribuir com os órgãos normatizadores na avaliação do impacto da adoção das IFRS, notadamente quanto à mensuração ao valor justo. Ela também se lança um olhar distinto sobre o processo de convergência contábil dos países latino-americanos buscando cobrir uma lacuna quanto à ausência de estudos sobre as empresas de tal continente. Assim, espera-se que o presente estudo contribua com a literatura, no sentido de identificar o nível de comparabilidade de relatórios contábeis em empresas dos setores de petróleo, gás, mineração e biocombustíveis para que novas discussões e reflexões possam ser desencadeadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IMPACTO DA ADOÇÃO DAS IFRS NA AMÉRICA LATINA

Quevedo (2010) pesquisou o processo de adoção das IFRS no México e verificou que a convergência das normas locais para as IFRS foi altamente satisfatória, já que o país, até o ano de 2010, foi muito participativo na promulgação das mesmas. A autora ainda verificou que, ao implementar as IFRS no país, houve benefícios para o desenvolvimento do mercado de capitais e das companhias listadas na bolsa mexicana, por meio da redução de custos e facilitação da relação com investidores.

Ainda no que tange a adoção das IFRS, Becerra (2007), em estudo sobre o processo de adoção das IFRS no Equador, apontou que ainda falta ordenação das autoridades por meio de uma resolução do Ministério de Economia e Finanças para a aplicação eficiente das IFRS no país, de forma a resultar em relatórios contábeis claros, confiáveis e comparáveis. Desse modo, para o autor, há escassez de regulamentos no país para que a aplicação das normas internacionais seja mais eficaz.

Manzano e Conesa (2005) também estudaram o processo de harmonização contábil na América Latina e observaram que o processo de globalização das economias e transações entre os países necessitava de harmonização de normas, mesmo existindo obstáculos para a adoção das IFRS. As autoras apontaram que as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com aspectos legais, fiscais, sociais e culturais de um país e que o processo de convergência contábil deveria observar dados macroeconômicos e ambientais, bem como as políticas da empresa para amenizar diferenças causadas por esses fatores. Além disso, os autores verificaram que apesar das diferenças culturais, os países da América Latina têm se esforçado no estabelecimento de normas comuns para alcançar transparência e comparabilidade de informações financeiras. Ressalta-se que

tal estudo foi realizado em outro cenário, com um baixo número de países latino-americanos adotando as IFRS na data da pesquisa (MANZANO; CONESA, 2005).

Souza e Lemes (2016) investigaram a mensuração subsequente de ativos imobilizados, intangíveis e de propriedades para investimento (PPI) em companhias abertas do Brasil, Chile e Peru após a adoção das IFRS. Os autores constataram um aumento substancial da comparabilidade somente para os ativos imobilizados, apontando que a adoção das IFRS, por si só, não garantiu a comparabilidade dos relatórios contábeis.

Baseando-se na contextualização apresentada nesta seção, verifica-se que a adoção das IFRS pode contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais, facilitando a relação entre investidores, além de gerar relatórios contábeis mais comparáveis e confiáveis (afinal, o desconhecido aumenta o risco e impacta as decisões), apesar dos obstáculos ainda identificados.

Além disso, é notório que a adoção das IFRS não é suficiente para garantir a comparabilidade de seus relatórios contábeis, pois cabe às empresas decidirem suas políticas e em função delas optar por determinada escolha contábil. Desse modo, escolhas contábeis realizadas podem impactar a comparabilidade de relatórios financeiros.

2.2 VALOR JUSTO *VERSUS* CUSTO

Considerando o foco da presente pesquisa na comparabilidade das escolhas contábeis referentes a mensuração do valor justo, é relevante apresentar a definição de mensuração. De acordo com a Estrutura Conceitual Básica (CPC 00, 2011, item 4.54), “mensuração é o processo que consiste em determinar os montantes monetários por meio dos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado”. Desse modo, a mensuração se refere ao processo de identificação dos valores monetários a serem implementados pelas companhias nas demonstrações contábeis.

Petterson *et al.* (2009) definem mensuração como um processo de aproximação da realidade, tendo subjetividade como característica e confiabilidade como um desafio para a adoção de um novo modelo contábil, sendo este sustentado por avaliações econômicas dos ativos e das obrigações. O processo de mensuração envolve uma seleção de bases específicas podendo resultar em ativos e passivos mensurados ao custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente, sendo mais comum a mensuração pelo custo histórico. Nesse custo, os ativos podem ser registrados pelos montantes pagos em caixa ou pelo valor justo dos recursos que foram entregues para adquiri-los (CPC 00, 2011).

Com relação à mensuração ao custo, ela é entendida como os gastos necessários para a fabricação de um produto que são alocados ao valor de venda, ou seja, é o preço combinado entre o comprador e vendedor como a melhor maneira de expressar o valor econômico do ativo no ato da transação (IUDÍCIBUS, 2004).

Diferentemente da mensuração ao custo, Carvalho, Lemes e Costa (2006, p.21) definem valor justo com base nas IFRS como “a quantia pela qual um ativo poderá ser trocado ou o passivo liquidado, entre especialistas, como partes dispostas a negociar numa transação sem favorecimentos”, sendo assim, uma mensuração baseada no mercado. Para a mensuração ao valor justo é considerado que a transação da venda do ativo ou transferência do passivo aconteça no mercado principal, que é o mercado com maior volume e nível de atividade desses itens (CPC 46, 2012).

Para ilustrar os efeitos da comparabilidade na mensuração de ativos pelo custo e ao valor justo, Barth (2014) considerou três entidades diferentes que possuem ações ordinárias em uma outra entidade em comum. No momento da mensuração inicial as ações foram registradas pelo custo por valores diferentes, em função do valor efetivamente negociado pelas entidades, sendo que o valor justo das ações era o mesmo. Assim, as três mensurações não são comparáveis, pois o custo fez com que os itens parecessem diferentes. Ao serem mensuradas ao valor justo, o investimento em ações das três entidades seria comparável. A autora concluiu, com base no exemplo, que o valor justo fornece maior comparabilidade (apesar de depender de estimativas), ou seja, quando as ações são mensuradas ao valor justo, as entidades ficam mais parecidas – comparáveis – do que quando as ações são mensuradas pelo custo.

Com relação à mensuração ao valor justo e ao custo, Sousa (2011) estudou as implicações fiscais e o impacto da escolha entre valor justo e custo histórico nas demonstrações contábeis. Os resultados da pesquisa sugeriram que o custo histórico muitas vezes não representa necessariamente o preço de mercado atual, sendo que o valor justo pode refletir com mais confiabilidade este valor.

Barth (2014) assenta que existem estudos sobre as vantagens e desvantagens do valor justo *versus* custo histórico. A autora aponta então que são frequentes na literatura estudos que têm apontado o valor justo como o melhor modelo de mensuração dos ativos e passivos, apesar da necessidade de melhores

especificações na Estrutura Conceitual, sobre o objetivo e a definição da mensuração contábil, bem como de uma base conceitual para escolha entre mensurações alternativas (BARTH, 2014).

Frente ao referencial aqui apresentado, verifica-se a oportunidade de estudos sobre as bases de mensuração, notadamente as relacionadas ao valor justo e ao custo.

2.3 COMPARABILIDADE

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades de itens e diferenças entre eles (CPC-00, 2011). Desse modo, cabe aos usuários da Contabilidade comparar as demonstrações contábeis para avaliar a situação patrimonial e o desempenho das entidades sob análise. Além disso, a mensuração e apresentação de eventos deverão ser feitas de modo consciente por parte da entidade (IUDÍCIBUS et al., 2010).

Barth (2013), ao citar as características da comparabilidade, aponta que ela deve permitir que coisas iguais pareçam iguais e coisas diferentes pareçam diferentes, e que como o capital é um recurso escasso, a comparabilidade é uma característica crucial da informação dos relatórios financeiros e essencial para a alta qualidade deles. Ela não é consistência nem uniformidade (consistência não assegura comparabilidade), e algum grau de comparabilidade pode ser atingido pela representação fidedigna. A comparabilidade também é resultado da representação dos elementos das demonstrações financeiras, por exemplo, por reconhecer o mesmo (sub) conjunto de ativos e passivos e mensurá-los do mesmo modo. Além disso, o autor afirma que o valor justo tem o potencial para obter a comparabilidade porque é esperado que ele reflita similaridades e diferenças. O *disclosure* não é um substituto para o reconhecimento e as pesquisas acadêmicas sobre reconhecimento *versus disclosure* tendem a suportar esta visão. Por fim, a comparabilidade é afetada pelo modelo de negócios, e o uso de padrões globais é somente um passo necessário para atingir a comparabilidade, mas não é suficiente, pois a obtenção da comparabilidade depende da aplicação rigorosa dos padrões globais pelas companhias, e da auditoria assegurar o cumprimento desses padrões.

Contudo, a autora aponta que não está claro o que são coisas iguais ou coisas diferentes, que não existe definição para modelo de negócios (é algo que a entidade faz, planeja ou espera fazer), que os padrões (IFRS) precisam ser melhorados em termos de reconhecimento e mensuração e que, apesar dos avanços, o primeiro passo necessário para se obter a comparabilidade só será dado quando todas as entidades aplicar o mesmo padrão, palavra por palavra, e não ‘quase o mesmo’, ‘similar a’ ou ‘baseado em’ IFRS (BARTH, 2013).

Apesar dos problemas relacionados ao conceito de comparabilidade e da necessidade de melhores orientações por parte do IASB, pesquisas continuam a buscar evidências sobre a comparabilidade das informações geradas pelas empresas e sobre os fatores que a afeta.

Dias (2010) verificou a qualidade e a diferença das informações entre as demonstrações financeiras de diferentes países (Espanha, Inglaterra, Portugal, França, Estados Unidos da América e Austrália). Ao analisar as informações das demonstrações financeiras e sua utilidade, o autor apontou que os países da amostra estão apresentando demonstrações financeiras comparáveis em relação aos itens do balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa e demonstração de mutações do patrimônio líquido.

Santos e Calixto (2010) estudaram o impacto do início da convergência contábil internacional no Brasil de acordo com a Lei 11.638/07, analisando 318 empresas de capital aberto. As autoras verificaram que poucas empresas tinham demonstrações publicadas conforme a Lei e que não houve transparência nas informações para fins de comparação.

Yip e Young (2012) pesquisaram a adoção obrigatória das IFRS na Europa examinando a comparabilidade em 17 países que adotaram as IFRS em 2005. Os autores verificaram que a adoção obrigatória das IFRS melhorou a comparabilidade e apontaram que a convergência contábil e a maior quantidade de informações contábeis de qualidade são recursos que influenciaram a melhora observada na comparabilidade. Os autores ainda afirmam que essa melhoria é mais provável entre as empresas de ambientes institucionais semelhantes do que entre as de ambientes diferentes.

Com base nos resultados das pesquisas apresentados nesta seção observa-se que a comparabilidade buscada pelo IASB varia entre os países e que outros fatores ambientais afetam a comparabilidade dos relatórios contábeis.

Desse modo, mesmo que um fenômeno econômico possa ser representado fidedignamente de diversas maneiras, a existência de escolhas de métodos contábeis diminui a comparabilidade (CPC 00, 2011). De acordo com o item QC24 (CPC 00, 2011), “algum grau de comparabilidade é possivelmente obtido por meio da satisfação das características qualitativas fundamentais”, ou seja, atender as características qualitativas fundamentais preconizadas pelo IASB é o meio para se obter a comparabilidade.

Todavia, conforme apontado em discussão anterior, o tema é complexo e a ponderação entre mais escolhas contábeis *versus* maior comparabilidade precisa ser melhor investigada, pois conforme Fields, Lys e Vicent (2001), as escolhas podem fazer com que problemas de consistência e comparabilidade inevitavelmente aumentem.

2.4 ESCOLHAS CONTÁBEIS

No que se refere às escolhas contábeis, Watts (1992) explica que são aquelas que um gerente de uma empresa possui para a contabilização de um item.

Fields, Lys e Vicent (2001) definiram que uma escolha contábil é qualquer decisão que tenha como objetivo principal influenciar, em forma ou substância, as demonstrações financeiras publicadas de acordo com os GAAP. Baseando-se em uma pesquisa bibliométrica, os autores analisaram três tipos de imperfeições do mercado que afetam as escolhas contábeis: os custos de agência, a assimetria informacional e as externalidades (influência de reguladores). Os autores apontaram que, como o mercado é imperfeito e incompleto, contratos baseados em variáveis contábeis e a regulação de órgãos fiscalizadores são meios eficientes para se lidar com essas imperfeições (FIELDS; LYS; VICENTE, 2001).

Estudos sobre as escolhas contábeis permitidas pelo IASB não são recentes. Ali, Ahmed e Henry (2006) avaliaram o nível de harmonização das práticas de mensuração com base nas IFRS abrangendo os itens estoques, imobilizado, arrendamento mercantil, tradução de moeda estrangeira, investimentos permanentes e amortização de *goodwill*, em três países: Índia, Paquistão e Bangladesh nos anos de 1997 e 1998. Os autores apontaram que o nível mais baixo de harmonização dos itens estoques, arrendamento mercantil, e amortização de *goodwill* foi consequência do grau de flexibilidade de algumas das normas do IASB (IAS, *International Accounting Standards*, na época) e ao não cumprimento, pelas companhias, dos requerimentos obrigatórios do IASB.

Jaafar e McLeay (2007) identificaram que determinadas práticas contábeis são escolhidas pelo *status* e tamanho da entidade, bem como por características específicas do país onde a empresa está domiciliada, sendo estes fatores significativos.

Em uma pesquisa a nível nacional, Murcia e Wuerges (2011) apontaram que o resultado econômico da empresa e o nível de divulgação de informações são pontos importantes para as escolhas contábeis. Os autores afirmam que escolhas contábeis são motivadas por incentivos econômicos que os gestores têm para divulgação das informações.

Pinto, Martin e Alcoforado (2013) realizaram um estudo sobre as escolhas contábeis nas propriedades para investimento (PPI) com o objetivo de evidenciar os motivos que levam os gestores a escolher o valor justo ou o custo histórico para mensuração. Os autores verificaram que as escolhas contábeis dependem de fatores gerenciais e estratégicos, e ressaltaram, ainda, com base nos achados da pesquisa, que as empresas que optaram pelo método do valor justo têm maior variabilidade nos lucros.

Conforme discussão aqui exposta, verifica-se que as escolhas contábeis são determinadas por diversos fatores, incluindo as escolhas estratégicas, o tamanho da companhia, o país em que está inserida e os incentivos econômicos, os quais podem servir como empecilho para a busca da comparabilidade proposta pelo IASB.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem, como base norteadora, a identificação das escolhas contábeis feitas pelas empresas para os itens que podem ser mensurados ao custo histórico ou ao valor justo de acordo com as IFRS para verificar o nível de comparabilidade entre relatórios contábeis. Desse modo, a pesquisa proposta tem como essência o caráter descritivo. Foram objeto do estudo as escolhas contábeis referentes aos itens do ativo imobilizado, PPI, ativos intangíveis, ativos e passivos financeiros, ativos biológicos e produtos agrícolas, tendo como base, e também como instrumento de coleta de dados, o estudo de Cairns et al. (2010), no qual o objetivo foi verificar o grau de comparabilidade das escolhas contábeis, investigando o uso da mensuração a valor justo nos relatórios contábeis do Reino Unido e Austrália.

Foram analisados itens de mensuração dos bens tangíveis (imóveis, instalações e equipamentos), PPI, ativos intangíveis, ativos e passivos financeiros, pagamento baseado em ações, ativos biológicos e produtos agrícolas. Entretanto, na presente pesquisa avaliaram-se os mesmos itens, exceto pela exclusão do item referente ao pagamento baseado em ações, em função do baixo número de companhias da amostra com tal prática evidenciada em suas demonstrações.

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, a pesquisa irá assumir características documentais, uma vez que se propôs coletar dados por meio das notas explicativas nas demonstrações

contábeis consolidadas de 2012, publicadas pelas empresas de capital aberto e nas bolsas de valores onde estão listadas. A amostra da presente pesquisa é composta de países que compõem a América Latina e que possuem companhias abertas listadas em bolsas de valores nos setores de petróleo, mineração, gás e biocombustíveis. A definição da amostra fundamentou-se na afirmação de Jaafar e McLeay (2007) no que tange à comparabilidade ser mais adequada para empresas de um mesmo setor, sob a justificativa de que as empresas, ao operarem em circunstâncias semelhantes, tendem a adotar a mesma prática contábil para transações semelhantes.

A amostra ancora-se ainda no estudo de Souza e Lemes (2016) e Peng e Smith (2010), os quais apontam que os países do GLASS são importantes no processo de convergência contábil, mas também se faz necessário avaliar tal processo em mercados emergentes.

Inicialmente, para identificar a amostra os seguintes critérios foram seguidos: a) países da América Latina que já adotavam as IFRS de forma voluntária ou não; b) ano de adoção obrigatória; c) se o país possuía bolsas de valores; e d) se possuíam empresas dentro dos setores definidos para análise, conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Estágio de adoção das IFRS na América Latina

País	Adoção das IFRS	Ano da adoção obrigatória	Possui bolsa de valores	Possui segmento da amostra
Argentina	X	2012	X	X
Belize	Permitido	2012		
Bolívia	Opcional	2015	X	X
Brasil	X	2008	X	X
Chile	X	2009	X	X
Colômbia	X	2013	X	X
Costa Rica	X	IAS (2000) e IFRS (2005)	X	X
Cuba				
El Salvador	X	2011	X	
Equador	X	2010	X	
Guatemala	Permitido	2007	X	
Guiana	X	2010	X	
Guiana Francesa	X	2010		
Honduras	X	2012		
Jamaica	X	2000	X	
México	X	Permitido (2008) e Obrigatório (2012)	X	X
Nicarágua	X	2011	X	
Panamá	X	2000	X	X
Paraguai			X	
Peru	X	2012	X	X
Porto Rico				
República Dominicana	X	Algumas normas (2010) e <i>full</i> IFRS (2014)	X	
Suriname			X	
Uruguai	X	2007	X	
Venezuela	X	2008	X	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

A Tabela 1 apresenta de modo resumido o estágio de adoção das IFRS, bem como informações sobre a bolsa de valores e os segmentos de petróleo, mineração, gás e biocombustíveis de todos os países latino-americanos. Com base nos parâmetros estabelecidos as seguintes exclusões foram feitas para a definição da amostra: países que não possuíam bolsa de valores; países em que as IFRS não eram obrigatórias no período

de investigação (2012); e países que, mesmo possuindo bolsa de valores, não tinham os setores definidos para análise na pesquisa.

A execução dessa pesquisa teve início em 2013 e, deste modo, procedeu-se à análise somente do ano de 2012 por ser o último período mais recente com o maior número de países e empresas ativas. Além disso, observa-se, na Tabela 1, que o ano de 2012 contava com o maior número de países que adotavam as IFRS obrigatoriamente. A amostra final ficou então constituída de 84 companhias abertas de países latino-americanos que adotavam as IFRS obrigatoriamente desde 2012. Ressalta-se que alguns países tinham permissão para adotar as IFRS ou adotá-las parcialmente antes deste período, como é o caso do Panamá em 2000, Brasil em 2008, Chile em 2009, Costa Rica em 2005, México em 2008 e Panamá em 2000. Para não gerar vieses dos dados coletados, foi definido para essa pesquisa que a amostra fosse determinada somente por países de adoção obrigatória das IFRS, em função da adoção voluntária, em geral, se fundamentar em outros interesses.

As companhias de capital aberto foram escolhidas para o desenvolvimento do estudo devido a sua importância econômica, papel de atuação no mercado de capitais e pela disponibilidade dos dados. Além disso, de acordo com Cairns et al. (2010), as empresas de capital aberto têm recursos e incentivos para cumprir as IFRS.

No que se refere aos procedimentos de coleta de dados, procedeu-se à análise das notas explicativas das demonstrações contábeis consolidadas de 2012, exceto para três companhias do Peru (Marmoles Y Granitos S.A., Perubar S.A. e Shougang Hierro S.A.A.) que só publicaram as demonstrações individuais por serem subsidiárias.

Os procedimentos de análise dos dados basearam-se em calcular o índice de comparabilidade entre as empresas, pela definição de suas escolhas contábeis, através do *T index*, o qual foi desenvolvido com o objetivo de mensurar o nível de comparabilidade das escolhas contábeis entre empresas que adotam determinada política contábil, entre companhias de diferentes países ou de um mesmo país.

Primeiramente, identificou-se a prática escolhida pelas empresas da amostra na mensuração do imobilizado tangível (imóveis, instalações e equipamentos), PPI, ativos intangíveis, ativos e passivos financeiros, ativos biológicos e produtos agrícolas, itens que têm múltiplas escolhas para mensuração. Após essa etapa, foi calculado o índice de comparabilidade por meio do *T index*, o qual permite calcular o grau que duas empresas selecionadas aleatoriamente têm de produzir demonstrações financeiras comparáveis (TAPLIN, 2004).

O índice *T index* produz valores entre 0 quando duas empresas não têm demonstrações contábeis comparáveis, e a 1 quando têm demonstrações contábeis totalmente comparáveis (TAPLIN, 2004). De acordo com Santos (2013), o índice é composto por uma estrutura que observa critérios, tais como a ponderação para as empresas do país, as características internacionais, as políticas contábeis diversas e a não divulgação.

A fórmula do índice é postulada conforme a Equação 1 (CAIRNS et al., 2010):

$$T\ Index = \sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N \sum_{k=1}^M \sum_{l=1}^M \alpha_{kl} \beta_{ij} P_{ki} P_{lj} \quad (1)$$

Onde:

α_{kl} : índice que mede a comparabilidade dos métodos k e l ;

β_{kl} : é o peso de comparabilidade das empresas nos países i e j ;

P_{ki} : é a proporção de empresas no país i que utiliza o método contábil k ;

P_{lj} : é a proporção de empresas no país j que utiliza o método contábil l ;

M: quantidade de métodos contábeis utilizados na pesquisa;

N: quantidade de países analisados.

Totalizando sete países da América Latina e oitenta e quatro companhias, o índice foi calculado pelas etapas a seguir, conforme instruções para o uso do *software* cedido por seu criador, Ross H. Taplin:

- Os países foram ponderados de acordo com o número de companhias de cada país, ou seja, cada país tem uma quantidade de companhias em números diferentes;
- Para o cálculo nacional do índice, foi considerada a comparabilidade com foco dentro do país e para o cálculo internacional do índice foi considerada a comparabilidade com foco entre países, realizando assim, cálculos separados;
- Foi considerado que os países não adotam múltiplas políticas contábeis, pois não é possível que a entidade adote mais de um método contábil para um mesmo item no mesmo período, utilizando, por exemplo, custo histórico e reavaliação para mensurar o mesmo item de ativo imobilizado;
- As companhias que não divulgaram como mensuram seus itens foram eliminadas do cálculo, além daquelas que não tiveram a prática mencionada nas demonstrações contábeis.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para cálculo do índice, foi observado o número de companhias de todos os países da amostra que utilizaram determinado método contábil para a mensuração individual dos itens. Vale ressaltar que, na coleta de dados, pôde ser observado que várias companhias não fizeram a evidenciação completa como exigido nas IFRS, nas notas explicativas, limitando então a identificação da prática adotada pela empresa. Dessa maneira, isso reforça o exposto por Santos e Calixto (2010), que assentaram que algumas empresas apresentaram informações não totalmente transparentes, comprometendo a avaliação da comparabilidade dos relatórios.

Um problema pertinente à análise dos resultados é a classificação dos níveis de comparabilidade, dado o relativismo dos conceitos de alto, médio e baixo. De acordo com Taplin (2011), a identificação de um parâmetro adequado para essa classificação ainda é sujeita a crítica como qualquer outro índice ou sumário estatístico para os quais não existem *benchmarks*, como os coeficientes de correlação e de determinação ou os valores de R². Nesta pesquisa, considerando o número de países investigados, optou-se por adotar os parâmetros mais amplos propostos por Ali, Ahmed e Henry (2006), sendo considerada uma harmonia alta, o índice acima de 0,8; moderada entre 0,6 e 0,8; e baixa, menor que 0,6.

A amostra foi composta de 15 empresas na Argentina, 9 no Brasil, 12 no Chile, 1 na Costa Rica, 6 no México, 1 no Panamá e 40 no Peru. Com relação à quantidade de empresas por setor, tem-se a seguinte relação: 1 em biocombustíveis, 18 em gás, 48 em mineração e 17 em petróleo. Ressalta-se que para a análise da comparabilidade em níveis nacional e internacional, as companhias abertas foram analisadas conjuntamente, englobando-as em um único segmento, dentre os de petróleo, gás, mineração e biocombustíveis. As análises dos níveis de comparabilidade são discutidas nas subseções 4.1 e 4.2, nas perspectivas nacionais, internacionais e por setores, para todos os itens investigados.

4.1 COMPARABILIDADE EM NÍVEIS NACIONAL E INTERNACIONAL

Na Tabela 2 são apresentados os resultados dos cálculos do índice T para os itens Ativos Imobilizado – Propriedades, Ativos Imobilizado – Máquinas e Equipamentos, Propriedades para Investimento e Ativo Intangível, com a respectiva classificação do nível de comparabilidade, de acordo com a mensuração inicial de todos os itens analisados no ano de 2012. O índice internacional representa a comparabilidade geral entre todos os países. Esclarece-se que a agregação das onze escolhas observadas em três grandes grupos se deu apenas em função do didatismo na apresentação dos resultados.

Tabela 2 - Índice T e classificação para Ativo Imobilizado, PPI e Ativo Intangível

Item	Propriedades		Máquinas e Equip.		PPI		Intangível	
	Índice	Nível	Índice	Nível	Índice	Nível	Índice	Nível
Brasil	0,78	Alto	0,78	Alto	0,56	Baixo	1,00	Alto
Argentina	0,88	Alto	0,88	Alto	0,00	Baixo	1,00	Alto
Chile	0,88	Alto	0,88	Alto	0,67	Moderado	1,00	Alto
México	0,88	Alto	0,88	Alto	0,00	Baixo	0,60	Moderado
Peru	0,85	Alto	0,85	Alto	0,49	Baixo	1,00	Alto
Costa Rica	0,88	Alto	0,88	Alto	0,00	Baixo	1,00	Alto
Panamá	0,88	Alto	0,88	Alto	0,00	Baixo	1,00	Alto
Internacional	0,97	Alto	0,95	Alto	0,17	Baixo	0,91	Alto

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Após o cálculo do índice T, verificou-se que Argentina, Chile e México foram os países que apresentaram maior comparabilidade nacional. Isso indica que, nacionalmente, as companhias abertas analisadas estão adotando em quase 90% as mesmas opções contábeis para a mensuração dos itens. Quanto à análise internacional, o índice aponta o valor 0,97, o que indica alta comparabilidade das demonstrações financeiras das companhias abertas dos países analisados com relação à mensuração das propriedades do Ativo Imobilizado.

De maneira similar às propriedades, Argentina, Chile e México apresentaram alta comparabilidade para máquinas e equipamentos, apresentando índice de 0,88. Os outros países obtiveram valores de índices aproximados, indicando que os países estão adotando praticamente as mesmas opções contábeis para ativos

imobilizados. Internacionalmente, foi obtida comparabilidade alta, indicando que 95% das demonstrações financeiras são comparáveis entre si para esta prática.

O item PPI apresentou, para a maioria das demonstrações financeiras, índice baixo de comparabilidade, com exceção do Chile, que apresentou classificação moderada. Isso ocorreu porque grande parte das companhias abertas não aplicou ou não divulgou a mensuração desse item nas próprias demonstrações contábeis ou nas notas explicativas. Quanto à comparabilidade internacional, o índice apresentou valor quase nulo (0,17), o que indica comparabilidade muito baixa entre as demonstrações financeiras no geral.

Quanto aos intangíveis, todos os países – com exceção do México, que apresentou comparabilidade moderada – tiveram índices máximos ou alta comparabilidade. Isso indica que os países da amostra estão adotando praticamente as mesmas opções contábeis para mensuração dos intangíveis. Dessa maneira, o índice de comparabilidade internacional apresentou também alta comparabilidade (0,91).

Na Tabela 3, apresenta-se o índice T para os países individualmente e o índice T global (internacional) para os itens de Agricultura, ativo biológico e produtos agrícolas, com a respectiva classificação do nível de comparabilidade.

Tabela 3 – Índice T e classificação para Ativo Biológico e Produtos Agrícolas

Item	Ativo Biológico		Produtos Agrícolas	
	Índice	Nível	Índice	Nível
Brasil	1,00	Alto	0,00	Baixo
Argentina	1,00	Alto	0,00	Baixo
Chile	0,00	Baixo	0,00	Baixo
México	0,00	Baixo	0,00	Baixo
Peru	0,00	Baixo	0,00	Baixo
Costa Rica	0,00	Baixo	0,00	Baixo
Panamá	0,00	Baixo	0,00	Baixo
Internacional	0,06	Baixo	0,00	Baixo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Com exceção do Brasil e da Argentina que apresentaram comparabilidade máxima, com 100% das companhias que reconheceram ativos biológicos e divulgaram a prática de mensuração adotada optando pelo valor justo, os demais países não tinham tal ativo ou não evidenciaram a mensuração adotada. Esse não reconhecimento do ativo biológico ou não evidenciação do modelo de mensuração adotado resultou, conseqüentemente, na baixa comparabilidade internacional.

Fato similar pode ser observado para os produtos agrícolas em que todos os países apresentaram comparabilidade nula, sendo que, de todas as companhias analisadas, somente uma, pertencente à Argentina, apresentou a opção de mensuração, afetando o cálculo do índice. O índice nulo das companhias por país resultou, naturalmente, na comparabilidade nula internacionalmente. Na Tabela 4, destaca-se o índice T para cada país e para todos os países em conjunto (internacional), referente aos instrumentos financeiros, categorizados em Mantidos para Negociação, Disponível para Venda, Derivativos, Outros Ativos Financeiros e Outros Passivos Financeiros.

Tabela 4 – Índice T e classificação para Instrumentos Financeiros

Item	Mantidos para Negociação		Disponível para Venda		Derivativos		Outros ativos financeiros		Outros passivos financeiros	
	Índice	Nível	Índice	Nível	Índice	Nível	Índice	Nível	Índice	Nível
Brasil	1	Alto	1	Alto	1	Alto	0,78	Moderado	1	Alto
Argentina	0,75	Moderado	1	Alto	1	Alto	0,56	Baixo	0,73	Moderado
Chile	1	Alto	1	Alto	1	Alto	0,88	Alto	1	Alto
México	1	Alto	1	Alto	0,86	Alto	0,88	Alto	0,86	Alto
Peru	1	Alto	1	Alto	1	Alto	0,67	Moderado	0,82	Alto
Costa Rica	0	Baixo	0	Baixo	0	Baixo	0,88	Alto	1	Alto
Panamá	0	Baixo	0	Baixo	0	Baixo	0,88	Alto	1	Alto
Interna	0,83	Alto	0,93	Alto	0,9	Alto	0,66	Moderado	0,76	Moderado

Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Os itens Mantidos para Negociação, Disponível para Negociação e Derivativos dos Instrumentos Financeiros, de forma geral, apresentaram índices alto e moderado de comparabilidade. Costa Rica e Panamá não divulgaram suas opções de mensuração ou não possuíam instrumentos financeiros classificados nestes grupos, o que resultou em um índice nulo. Internacionalmente, o índice apresentou valor alto, o que indica que as companhias estão utilizando, em sua maioria, o mesmo critério de mensuração dos itens com uma comparabilidade entre todos os países de 83%, 90% e 93%, respectivamente.

Os Outros Ativos Financeiros abrangem aplicações financeiras e contas a receber. Os países apresentaram índices variados, sendo baixo para as companhias da Argentina, moderado para as do Brasil e Peru, e alto para as do Chile, México, Costa Rica e Panamá. Isso se deve ao fato de que as companhias, em sua maioria, escolheram práticas de mensuração dispersas entre custo e valor justo, além do índice ser também afetado por aquelas companhias que não possuíam tais itens em seus relatórios contábeis ou não divulgarem o modelo de mensuração adotado. Esses fatos provocaram a redução do índice internacionalmente, indicando que somente 66% das companhias da amostra adotaram mensuração contábil similar.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos compõem o grupo dos Outros Passivos Financeiros dos Instrumentos Financeiros. Em uma análise individual dos países, observa-se um nível de comparabilidade alto ou moderado. Brasil, Chile, Costa Rica e Panamá apresentaram comparabilidade máxima com todas as companhias informando que adotam o mesmo modelo de mensuração (no caso, o valor justo). Argentina apresentou um índice de 0,73, México 0,86 e Peru apresentou o valor de 0,82. Quanto à comparabilidade internacional, o índice apontou valor moderado, indicando que 76% das demonstrações contábeis analisadas dos diferentes países são comparáveis em termos de escolha do mesmo método de mensuração para os outros passivos financeiros.

Em suma, os itens que apresentaram resultados maiores (alto ou moderado) foram os ativos imobilizados e os ativos intangíveis. Isso se deve ao fato de que as companhias, ao reconhecerem tais itens em suas demonstrações contábeis, adotaram o mesmo método de mensuração. Em relação às PPI, todos apresentaram valores baixos e moderados devido ao fato de as companhias não divulgarem ou não possuírem tal item em suas demonstrações ou por escolherem distintos métodos de mensuração. Os itens ativos biológicos e produtos agrícolas tiveram índices considerados não comparáveis, o que é justificado também pela não divulgação ou não reconhecimento deste item nas demonstrações contábeis ou por escolhas contábeis diferentes no mesmo país – as exceções são o Brasil e a Argentina. De maneira geral, os itens de instrumentos financeiros apresentaram, em sua maioria, valores moderados a altos, visto que muitas companhias fizeram as mesmas escolhas contábeis na mensuração.

Quanto ao cálculo de índice de comparabilidade com foco internacional, foi verificado que grande parte dos itens apontaram para escolhas de mensuração comparáveis, ou seja, os itens tiveram valores próximos de 1, indicando práticas comparáveis entre si. Do total de onze itens, seis (Propriedades, Máquinas e Equipamentos, Intangível, Mantidos para Negociação, Disponível para Venda e Derivativos) apresentaram índices com comparabilidade alta, dois (Outros Ativos Financeiros e Outros Passivos Financeiros) com comparabilidade moderada e três (PPI, Ativo Biológico e Produto Agrícola) com baixa comparabilidade. Isso representa uma avaliação positiva sob o aspecto da comparabilidade, pois mostra que as companhias pertencentes ao mesmo segmento têm demonstrações contábeis com potencial de comparabilidade,

sustentando a ideia de que companhias de mesmos segmentos tendem a fazer escolhas contábeis semelhantes. Entretanto, para itens com baixo nível de comparabilidade, é provável que, como o exposto por Fields, Lys e Vicent (2001), as escolhas podem fazer com que problemas de consistência e comparabilidade inevitavelmente aumentem.

Corroborando a ideia de Barth (2013) de que a comparabilidade é benéfica para o mercado de capitais e que em alguns países a maior comparabilidade das informações impacta a qualidade dos relatórios financeiros, pode-se supor que a adoção obrigatória das IFRS nesses países pode ter trazido uma melhoria da qualidade das informações contábeis divulgadas, ressaltando-se que as distintas e específicas formas de implementação, incentivos para as escolhas e níveis de *enforcement* são ainda obstáculos locais e reais para uma melhor qualidade dos relatórios.

Para uma melhor visualização do nível de comparabilidade entre os países, a Tabela 5 apresenta a contagem dos níveis por país e internacional, para os onze itens pesquisados.

Tabela 5 - Número de itens pesquisados por nível de comparabilidade

Classificação	Brasil	Argentina	Chile	México	Peru	Costa Rica	Panamá	Internacional
Baixo	1	3	1	3	3	6	6	3
Moderado	1	2	2	1	1	0	0	2
Alto	9	6	8	7	7	5	5	6
Total	11	11	11	11	11	11	11	11

Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

4.2 COMPARABILIDADE POR SETORES DE ATUAÇÃO

A amostra total da pesquisa é composta por companhias dos segmentos de gás, mineração, biocombustíveis e petróleo. Com o intuito de verificar a existência de diferenças na comparabilidade das práticas adotadas em cada segmento foram calculados o índice T para cada segmento individualmente. Assim, por meio dos relatórios contábeis das companhias, foi identificado, nas notas explicativas, o segmento que a mesma atuava para a separação em grupos para análise.

O setor de biocombustíveis possui somente uma companhia na amostra; no setor de gás há dezoito; no setor de petróleo há dezessete; e de mineração há sessenta, o que corresponde a maior parte da amostra, composta em sua maioria por companhias peruanas. No Quadro 8 se registra o cálculo do índice T para todos os onze itens, para os três segmentos segregados.

A partir dessa segregação por setor, detectou-se que a maioria dos itens para todos os setores pesquisados aponta um nível de comparabilidade alta. Na Tabela 6 se destaca o resumo dos níveis de comparabilidade, apontando a quantidade total para cada item.

Tabela 6 - Número de itens pesquisados por nível de comparabilidade

Classificação	Gás	Mineração	Petróleo	Total
Baixo	0	3	4	7
Moderado	2	1	1	4
Alto	9	7	6	22
Total	11	11	11	33

Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 6, mais de 66% (22 itens) foram classificados com comparabilidade alta. Vale ressaltar ainda que houve poucos itens classificados com o nível baixo de comparabilidade (7 itens no total), no agregado dos três setores. Os itens classificados como moderados foram a minoria, se referindo apenas a 12% (4 itens) do total dos itens analisados. De acordo com Yip e Ypung (2012), conforme mencionado, uma melhoria na comparabilidade de relatórios é mais provável que ocorra entre as empresas de ambientes institucionais semelhantes do que entre as de ambientes diferentes.

Os itens nos três segmentos que tiveram alta comparabilidade foram: Ativo Imobilizado (Propriedades, Máquinas e Equipamentos); Ativo Intangível; Instrumentos Financeiros Disponível para Venda e Derivativos. Por outro lado, a baixa comparabilidade não foi observada para nenhum dos segmentos concomitantemente, mas novamente as escolhas referentes ao ativo biológico e produto agrícola, como esperado, continuaram apresentando baixa comparabilidade (para os segmentos de Mineração e Petróleo). O item 'Outros ativos financeiros' foi o único que apresentou comparabilidade moderada para os três segmentos.

De forma conjunta, as companhias do setor de gás foram as que atingiram maior comparabilidade em suas práticas de mensuração, seguido pelo setor de mineração e, por último, o setor de petróleo com maior dispersão entre as práticas adotadas pelas companhias. Dados os níveis de comparabilidade dispersos entre alto, moderado e baixo entre os três setores, não é possível confirmar a afirmação de Jaafar e McLeay (2007) de que companhias do mesmo segmento, por estarem sujeitas às mesmas circunstâncias operacionais, fariam as mesmas escolhas contábeis na mensuração de seus ativos. Outros fatores, portanto, podem ter influenciado a decisão das companhias da amostra, sendo nesse estudo identificado o país como um fator determinante e relevante para as escolhas feitas.

Sob o argumento de que o valor justo consegue capturar de forma mais completa as características qualitativas quando comparado ao custo (BARTH, 2014), supostamente as companhias que optaram pelo valor justo conseguiram reconhecer seus ativos e passivos mais adequadamente. Ressalta-se, contudo, que a maior comparabilidade nas escolhas identificadas no presente estudo não significa a adoção do valor justo. A comparabilidade aqui identificada apenas indica que as empresas fizeram as mesmas escolhas. Para ilustrar, observa-se (Quadro 3) que para os itens do imobilizado a maioria das empresas optou pelo método de custo; e para os itens referentes aos instrumentos financeiros a maioria optou pelo valor justo, e mesmo assim as escolhas na mensuração desses itens foram igualmente comparáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando estudos anteriores que analisaram a comparabilidade das demonstrações contábeis entre países (DIAS 2010; SANTOS e CALIXTO 2010; YIP e YOUNG 2012; BARTH et al. 2013), a pesquisa teve por objetivo identificar o nível de comparabilidade entre os relatórios contábeis de companhias abertas de alguns países da América Latina, com relação ao impacto da escolha entre valor justo e custo.

Apesar de a convergência contábil ainda estar em processo, com o objetivo de harmonizar as práticas contábeis entre os países e atender as necessidades dos usuários quanto à qualidade das informações contábeis em um cenário mundial, a adoção do conjunto de normas internacionais aumentou e diversificou as escolhas contábeis. Há, assim, mais possibilidades para reconhecer as transações por diferentes companhias afetando, conseqüentemente, a comparabilidade das informações contábeis. Em relação à mensuração ao valor justo, esse aumento de escolhas permitidas trouxe melhoria da qualidade da informação para o usuário, representando um meio de se obter a representação fidedigna de transações realizadas pelas companhias, atendendo a uma das características qualitativas determinadas na Estrutura Conceitual. Entretanto, como pôde ser observado, a introdução da mensuração ao valor justo aumentou as possibilidades de escolha na mensuração dos ativos reconhecidos, afetando, assim, a comparabilidade das demonstrações contábeis.

Na pesquisa foram analisadas 84 companhias abertas dos setores de petróleo, mineração, gás e biocombustíveis dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, México, Panamá e Peru. Com base no número de companhias que adotaram determinado método contábil, foi calculado o índice de comparabilidade dentro e entre os países, utilizando o *T index*, o qual varia de 0 (não comparáveis) a 1 (totalmente comparáveis). Em nível internacional, o índice apresentou, para a maioria dos itens, valores altos ou moderados, o que indica que a adoção obrigatória das IFRS resultou em comparabilidade alta entre as companhias dos países da amostra para as práticas analisadas.

Como resultado em nível nacional, pode-se constatar que alguns itens contábeis apresentaram baixa comparabilidade, tais como itens de agricultura (ativos biológicos e produtos agrícolas) e ativos intangíveis em todos os países. Entretanto, valores altos e moderados foram observados em todos os itens, com exceção do item PPI, levando a um resultado positivo, e indicando que as companhias estão utilizando as mesmas escolhas contábeis no mesmo país e nos mesmos segmentos de atuação. Tal resultado reforça o estudo de Yip e Young (2012), o qual mostra que a adoção obrigatória das IFRS melhora a comparabilidade, e além disso, tal fato é mais provável entre empresas com ambientes institucionais semelhantes. A pesquisa ainda pôde constatar que, na coleta de dados, muitas companhias não divulgaram em suas notas explicativas a política de mensuração adotada, o que pode ter afetado não somente a comparabilidade dos números gerados, mas também a comparabilidade do *disclosure* feito pelas companhias.

Apesar de nessa pesquisa ter sido analisada a comparabilidade das demonstrações contábeis de apenas um ano, pode-se supor que a inserção de novas opções contábeis para mensuração, conforme as IFRS, como o valor justo, afeta a comparabilidade dos relatórios financeiros de maneira geral.

O IASB foi fundamental para a inserção da comparabilidade global das informações contábeis entre os países que adotam as IFRS, proporcionando relatórios financeiros confiáveis. Além disso, um melhor conhecimento das IFRS, a aplicação de forma similar por todas as companhias, o aperfeiçoamento dos conceitos de mensuração, a ponderação dos conceitos de comparabilidade *versus* representação fidedigna e

uma formação profissional adequada dos elaboradores dos relatórios e auditores ainda se colocam como desafios para a melhoria efetiva da informação gerada pela Contabilidade.

O trabalho do IASB tem sido relevante para se obter a comparabilidade entre os relatórios contábeis de diversos países, reduzindo os riscos de avaliação de normas desconhecidas pelos investidores e, conseqüentemente, os custos de capital, permitindo, assim, o incremento das negociações além-fronteiras. Neste sentido, a expectativa é de que esse estudo contribua com pesquisas sobre comparabilidade de relatórios contábeis na América Latina, sendo um diferencial frente à outras pesquisas, possibilitando avaliar o sucesso do IASB em seus propósitos.

A introdução da mensuração ao valor justo resultou em uma aproximação do valor das empresas, em bases contábeis, com o seu valor, em bases econômicas. Contudo, o conceito também introduziu um subjetivismo desafiador para a maioria dos países, notadamente os da América Latina. Se não há determinado consenso na opção pela mensuração ao valor justo, mais distante ainda se está do consenso na forma de se identificar o valor justo. Assim, muito tem de ser feito e pesquisado para se avançar no processo de convergência às IFRS de forma mais confiável e relevante. Esse estudo tenta contribuir com esta discussão, mas outros precisam ser desencadeados para investigar as causas das incomparabilidades apontadas aqui, bem como na avaliação de outros setores não contemplados na presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALI, M. J., AHMED, K., HENRY, D. Harmonization of Accounting Measurement Practices in South Asia. *Advances in International Accounting*, v. 19, p. 25-58, 2006.

BARTH, M. E. Measurement in financial reporting: the need for concepts. *Accounting Horizons*, v. 28, n. 2, 331-352, 2014.

BECERRA, K. *Ecuador: uma visão global da convergência*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis. Rio de Janeiro, 13 p. jan. 2007. Disponível em [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/F0A26404C8D324F28325738E00612531/\\$File/NT000372C6.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/F0A26404C8D324F28325738E00612531/$File/NT000372C6.pdf). Acesso em: 01 jun. 2015.

CAIRNS, D. *et al.* IFRS fair value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, v. 43, p. 1-21, 2011.

CONTÁBEIS, C. P. *Documentos Emitidos*. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 01 jun. 2015.

_____. *CPC 00: Pronunciamento Conceitual Básico*. Brasília, 2011. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. *CPC 46: Mensuração do valor justo*. Brasília, 2012. Disponível em http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/395_CPC_46_rev%2006.pdf. Acesso em: 01 jun. 2015.

DELOITTE. *Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS*. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, J. M. *A comparabilidade internacional das demonstrações financeiras*. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade Internacional) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2010.

FIELDS, D. T.; LYS, Z. T.; VINCENT, L. Empirical research on accounting. *Journal of Accounting and Economics*, jan. 2001.

GRUPO Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera [GLENIF]. Disponível em: <http://glenif.org>. Acesso em: 15 out. 2014.

IUDÍCIBUS, S. *Teoria da Contabilidade*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 356 p.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* *Manual de Contabilidade Societária*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 824 p.

JAAFAR, A.; MCLEAY, S. Country effects and sector effects on the harmonization of accounting policy choice. *Abacus*, p. 156-189, 2007.

MANZANO, M. P.; CONESA, I. M. El proceso de armonización contable en Latino America: camino hacia las normas internacionales. *USP: Seção Internacional*. São Paulo, n. 39, p. 103-117. dez. 2005.

MURCIA, F. D.; WUERGES, A. Escolhas contábeis no mercado brasileiro: divulgação voluntária de Informações versus gerenciamento de resultados. *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 28-44, jun. 2011.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v. 56, n. 22, p.155-173, maio 2011.

PETTERSON, M. H. *et al.* Valor justo: Fair value measurements. In: YOUNG, Ernst &; FIPECAFI. *Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 246-255.

PENG, S.; SMITH, J. V. D. A. Chinese GAAP and IFRS: An analysis of the convergence process. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 19, p. 16-34, 2010.

PINTO, M. J. T.; MARTIN, V. A.; ALCOFORADO, E. A. G. Escolhas contábeis com foco em propriedades para investimento. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA LARES, 13., 2013, São Paulo.

QUEVEDO, N. V. *Análisis del proceso de adopción de IFRS en México*. Contaduría Universidad de Antioquia. 2010. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/cont/article/view/15576>. Acesso em: 08 jan. 2015.

SANTOS, E. S.; CALIXTO, L. Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados das empresas abertas. *Rae-eletrônica*, São Paulo, v. 1, n. 9, jun. 2010.

SANTOS, L. A. A. *Comparabilidade das demonstrações contábeis brasileiras em 2009 e 2010*. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Administração, Universidade Federal de Uberlândia, 2013.

SOUSA, A. P. *Custo histórico versus justo valor*. 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Administração) - Instituto Politécnico do Porto, Instituto de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 2011.

SOUZA, F. E. A.; LEMES, S. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 27, n. 71, p. 169-184, 2016.

SOUZA, F. E. A. *et al.* A comparabilidade das escolhas contábeis na avaliação posterior de propriedades para investimento: uma análise das companhias abertas brasileiras e portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 26, n. 68 p. 154-166, 2015.

TAPLIN, R. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, v. 1, n. 34, p.57-73, 2004.

_____. The Measurement of Comparability in Accounting Research. *Abacus*, v. 47, n. 3, p.383-409, 2011.

WATTS, R. L. Accounting choice theory and marked-resarch in accounting. *British Accounting Review*, v. 24, n. 3, p. 235-67.

YIP, R. W. Y.; YOUNG, D. Does mandatory IFRS adoption improve information comparability? *The Accounting Review*. 17 jan. 2012.